



Alepe Cuida conclui edição em Brejão com 3.267 atendimentos

Programa oferece serviços gratuitos nas áreas de saúde e cidadania

A Alepe realizou, na quarta (17) e na quinta (18), as atividades do programa Alepe Cuida no município de Brejão, no Agreste Meridional. A ação ocorreu no Estádio Municipal José Teixeira de Araújo, oferecendo gratuitamente consultas médicas, exames e serviços de cidadania à população local.

O balanço final registrou 3.267 atendimentos em áreas como dermatologia, clínica geral, otorrinolaringologia, proctologia e odontologia, além de exames como ultrassonografias e mamografias. Cerca de 1,1 mil pessoas foram contempladas pela iniciativa.

Ao acompanhar a ação no local, no primeiro dia, o presidente da Alepe, deputado Álvaro Porto (PSDB), registrou que essa etapa marcou o encerramento do programa no ano de 2025.

“Este ano, até o mês de outubro, as ações da Alepe realizaram mais de 180 mil atendimentos, sejam de exames, retiradas de documento ou até mesmo encaminhamentos para cirurgias. Fechamos 2025 com chave de ouro”, avaliou. “No próximo ano, a Assembleia vai

continuar trabalhando pela saúde de todos os pernambucanos”, prosseguiu.

Assessor da Superintendência de Saúde e Medicina Ocupacional da Alepe (SSMO), Ermanni Miranda registrou que 21 cidades de todas as regiões do estado foram percorridas pelo Alepe Cuida desde o lançamento da ação itinerante, em 2023. “O Alepe Cuida ajuda os municípios nas especia-

lidades médicas e serviços que eles têm dificuldade de oferecer, ajudando a reduzir filas de espera”, disse.

A agricultora Jaqueline Leite foi uma das pessoas atendidas. Ela realizou mamografia, além de exames ginecológicos e de tireoide. “Eu esperava há muito tempo para fazer esses exames. Eles dependem de profissionais diferentes, que não encontramos em nossa

cidade”, relatou. “Geralmente temos que ir a Garanhuns ou Recife para esses atendimentos, mas dessa vez eles vieram até nós”, comemorou.

CIDADANIA

Além dos atendimentos de saúde, as parcerias do programa com instituições públicas e privadas garantem a oferta de serviços de cidadania, como negociação de débitos de água e energia com a Compesa e a Neoenergia, respectivamente; orientações sobre microcrédito para microempreendedores individuais (MEI) e autônomos junto ao Banco do Nordeste (BNB), além de serviços do Detran-PE.

A Defensoria Pública de Pernambuco também participa da ação, prestando orientações jurídicas em casos de pensão alimentícia, divórcio, investigação de paternidade e correção de registro. Outro destaque é o atendimento do Ambulatório do Pé Diabético, que utiliza a termografia para prevenção de complicações e redução do risco de amputações em pessoas com diabetes.



BALANÇO – Ação de saúde e cidadania da Alepe encerra o ano com mais de 180 mil atendimentos

FOTO: LUCAS PATRÍCIO



DEMANDA – Programa busca levar serviços que os municípios não têm estrutura para oferecer à população

FOTO: RAFAELA HIPÓLITO

A seção de notícias do Diário Oficial Eletrônico do Poder Legislativo é produzida pela **Superintendência de Comunicação Social**.

EXPEDIENTE: Superintendente: Arthur Cunha; **Chefe do Departamento de Jornalismo:** Júlia Guimarães; **Gerente de Imprensa e Site:** André Zahar; **Pauta:** Tatiane Cybelle Góes; **Edição do site:** Haymone Neto, Helena Alencar; **Edição do DO:** Carlos Sinésio; **Reportagem:** Amanda Arruda, Amanda Seabra, Cecília Nascimento, Edson Alves Jr., Elza Kobayashi, Isabela Senra, Isabelle Costa Lima, Júlia Nazário, Ruane Barbosa, Thiago Cavalcanti; **Gerente de Fotografia:** Roberto Soares; **Edição de Fotografia:** Breno Laprovitera; **Repórteres Fotográficos:** Anju Monteiro, Evane Manço, Gabriel Costa, Giovanni Costa, Jairbas Araújo, Manu Vitória, Nando Chiappetta, Roberta Guimarães; **Fotógrafo Arquivista:** Gabriel Laprovitera; **Diagramação e Editoração Eletrônica:** João Pinheiro; **Endereço:** Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, nº 631 – Recife-PE. **Fone:** 3183-2126 PABX 3183.2211. **Nosso e-mail:** scom@alepe.pe.gov.br



assembleiaape

www.alepe.pe.gov.br



10.2 CAPITAL
22.3 CARUARU
9.2 INTERIOR

Ato

ATO Nº 803/2025

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XV, Art. 64, do Regimento Interno,
RESOLVE: determinar que, extraordinariamente, no mês de janeiro de 2026, os Atos de nomeação e exoneração para os cargos em comissão integrantes da estrutura dos gabinetes, das Lideranças, da Mesa Diretora e das Comissões Permanentes deste Poder Legislativo, que sejam publicados até o dia 10/01/2026, e em que os nomeados tomem posse até o dia 12/01/2026, tenham seus efeitos financeiros retroativos a 1º de janeiro de 2026.

Sala Torres Galvão, 19 de dezembro de 2025.

Deputado **ÁLVARO PORTO**
 Presidente

Ata de Comissão

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA REALIZADA, NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE 2025.

Às dez horas do dia 09 (nove) do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco, no Plenário II, localizado no Edifício Governador Miguel Arraes de Alencar, Rua da União, s/n, Boa Vista - Recife/PE, sob a Presidência do Deputado Coronel Alberto Feitosa, reuniram-se os Deputados: Antônio Moraes, Diogo Moraes, João Paulo, Waldemar Borges e Wanderson Florêncio, membros titulares, e o Deputado Cayo Albino, membro suplente. Esteve presente também a Deputada Dani Portela e o Deputado Joãozinho Tenório. Os trabalhos foram iniciados com a apresentação da ata da última reunião e, como não houve contestação, a mesma foi aprovada. Antes da distribuição dos projetos, foi concedida a palavra aos representantes da Secretaria de Administração do Estado de Pernambuco, os senhores João Marcelo Lucena de Sousa e Cleibson Everton Silva Vaz, para esclarecer sobre o Projeto de Lei Complementar nº 3676/2025, de autoria da Governadora do Estado de Pernambuco (Ementa: Altera as legislações que indica), tendo sido distribuído ao Deputado Antônio Moraes e em seguida, **passou-se a discussão da extrapauta**: Projeto de Lei Complementar nº 3676/2025, de autoria da Governadora do Estado de Pernambuco (Ementa: Altera as legislações que indica), de relatoria do Deputado Antônio Moraes que, após discussão e votação, teve como resultado a aprovação à unanimidade dos deputados. Após, passou-se à distribuição das seguintes proposições: Projeto de Lei Complementar nº 3681/2025, de autoria da Governadora do Estado de Pernambuco (Ementa: Altera a Lei Complementar nº 401, de 18 de dezembro de 2018, que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados, no âmbito da Procuradoria Geral do Estado, para a dispensa de propositura ou desistência de ações judiciais e recursos, transação, adjudicação de bens móveis e imóveis, compensação de créditos inscritos em precatório e requisições de pequeno valor (RPV), e a Lei Complementar nº 549, de 26 de setembro de 2024, que promove reestruturação na remuneração e na carreira dos cargos públicos que menciona e altera as legislações que indica), distribuído ao Deputado João Paulo; Projeto de Lei Ordinária nº 3662/2025, de autoria da Governadora do Estado de Pernambuco (Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a doar, com encargo, à Comunidade Obra de Maria - Opus Mariae, o imóvel que indica), distribuído ao Deputado Antônio Moraes; Projeto de Lei Ordinária nº 3665/2025, de autoria da Governadora do Estado de Pernambuco (Ementa: Autoriza a concessão de subvenção social em favor da Academia Pernambucana de Letras - APL), distribuído ao Deputado Waldemar Borges; Projeto de Lei Ordinária nº 3666/2025, de autoria da Governadora do Estado de Pernambuco (Ementa: Autoriza a concessão de subvenção social em favor do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano - IAHPG), distribuído ao Deputado Cayo Albino; Projeto de Lei Ordinária nº 3667/2025, de autoria da Governadora do Estado de Pernambuco (Ementa: Autoriza a concessão de subvenção social em favor da entidade que indica), distribuído ao Deputado Antônio Moraes; Projeto de Lei Ordinária nº 3673/2025, de autoria da Governadora do Estado de Pernambuco (Ementa: Autoriza, em caráter excepcional, repasse de recursos pelo Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco ao Poder Executivo Estadual), distribuído ao Deputado João Paulo; Projeto de Lei Ordinária nº 3674/2025, de autoria da Governadora do Estado de Pernambuco (Ementa: Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com a garantia da União), distribuído ao Deputado João Paulo; Projeto de Lei Ordinária nº 3677/2025, de autoria da Governadora do Estado de Pernambuco (Ementa: Altera a Lei nº 17.518, de 6 de dezembro de 2021, que institui o Fundo Estadual da Advocacia Dativa - FEAD e dispõe sobre o credenciamento e pagamento administrativo dos serviços prestados pelos advogados dativos designados para atuarem perante a Justiça Estadual, em defesa das partes que façam jus ao benefício da gratuidade da justiça), distribuído ao Deputado Waldemar Borges; Projeto de Lei Ordinária nº 3679/2025, de autoria da Governadora do Estado de Pernambuco (Ementa: Estabelece a Política de Atenção Integral à Saúde Materno-Infantil do Estado de Pernambuco), distribuído ao Deputado Waldemar Borges; Projeto de Lei Ordinária nº 3680/2025, de autoria da Governadora do Estado de Pernambuco (Ementa: Altera o Anexo III da Lei nº 13.487, de 1º de julho de 2008, que cria as gratificações que indica, no âmbito da Secretaria de Defesa Social), distribuído ao Deputado Cayo Albino; Projeto de Lei Ordinária nº 3574/2025, de autoria do Deputado Coronel Alberto Feitosa (Ementa: Proíbe a veiculação de propagandas de plataformas de apostas eletrônicas em espaços públicos no âmbito do Estado de Pernambuco e dá outras providências), distribuído ao Deputado Cayo Albino; Projeto de Lei Ordinária nº 3575/2025, de autoria da Deputada Dani Portela (Ementa: Altera a Lei nº 17.020, de 13 de agosto de 2020, que proíbe, no âmbito do Estado de Pernambuco, o uso de elevadores e restringe, nos termos que especifica, a livre circulação em áreas comuns, de crianças e adolescentes desacompanhadas de pessoa maior de 18 (dezoito) anos, e dá outras providências, originada de projeto de lei de autoria dos Deputados Delegada Gleide Ângelo, Pastor Cleiton Collins e Simone Santana, a fim de denominá-la "Lei Miguel" e tornar obrigatória a indicação do nome da Lei nos cartazes informativos), distribuído ao Deputado Antônio Moraes; Projeto de Lei Ordinária nº 3576/2025, de autoria da Deputada Socorro Pimentel (Ementa: Dispõe sobre a proibição da publicidade direta ou indireta de apostas de quota fixa em ambientes físicos e digitais no Estado de Pernambuco e dá outras providências), distribuído ao Deputado Antônio Moraes; Projeto de Lei Ordinária nº 3577/2025, de autoria do Deputado Romero Albuquerque (Ementa: Autoriza o Estado

de Pernambuco a conceder incentivo fiscal às empresas doadoras de ração para animais domésticos de pequeno porte e dá outras providências), distribuído ao Deputado João Paulo; Projeto de Lei Ordinária nº 3579/2025, de autoria do Deputado Eriberto Filho (Ementa: Institui a Política Estadual de Combate ao Capacitismo no âmbito do Estado de Pernambuco e dá outras providências), distribuído ao Deputado João Paulo; Projeto de Lei Ordinária nº 3580/2025, de autoria do Deputado Joel da Harpa (Ementa: Proíbe a exposição e comercialização de produtos similares junto aos produtos originais tradicionalmente conhecidos em mercados, supermercados, hipermercados, centros de compras e demais estabelecimentos comerciais varejistas localizados no Estado de Pernambuco), distribuído ao Deputado Waldemar Borges; Projeto de Lei Ordinária nº 3581/2025, de autoria da Deputada Rosa Amorim (Ementa: Dispõe sobre o reconhecimento dos direitos do Rio Capibaribe e seu enquadramento como ente especialmente protegido dá outras providências), distribuído ao Deputado Waldemar Borges; Projeto de Lei Ordinária nº 3582/2025, de autoria do Deputado Joel da Harpa (Ementa: Dispõe sobre a colocação de torneiras de água potável, em ambientes públicos, destinadas a animais), distribuído ao Deputado Cayo Albino; Projeto de Lei Ordinária nº 3583/2025, de autoria do Deputado Gilmar Junior (Ementa: Altera a Lei nº 10.849, de 28 de dezembro de 1992, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, a fim instituir isenção de IPVA para os profissionais de enfermagem no Estado de Pernambuco), distribuído ao Deputado Cayo Albino; Projeto de Lei Ordinária nº 3584/2025, de autoria do Deputado Gilmar Junior (Ementa: Altera a Lei nº 15.491, de 30 de abril de 2015, que dispõe sobre o atendimento diferenciado para portadores de Diabetes na Rede Estadual de Saúde, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Odacy Amorim, a fim de atualizar a redação da Lei), distribuído ao Deputado Antônio Moraes; Projeto de Lei Ordinária nº 3585/2025, de autoria da Deputada Socorro Pimentel (Ementa: Dispõe sobre a proibição de exigência de vestimentas inadequadas, sexualizadas ou que exponham trabalhadores e trabalhadoras a constrangimento no ambiente de trabalho no âmbito do Estado de Pernambuco, e dá outras providências), distribuído ao Deputado Antônio Moraes; Projeto de Lei Ordinária nº 3586/2025, de autoria do Deputado Junior Tercio (Ementa: Institui o Programa Estadual de Atendimento Prioritário às Crianças com Estrabismo no âmbito das unidades de saúde do Estado de Pernambuco e dá outras providências), distribuído ao Deputado João Paulo; Projeto de Lei Ordinária nº 3587/2025, de autoria do Deputado Jarbas Filho (Ementa: Altera a Lei nº 19.069, de 31 de outubro de 2025, que dispõe sobre a criação, no âmbito do Estado de Pernambuco, da Rota Turística do Cangaço, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Fabrício Ferraz, a fim de incluir os municípios de Bom Conselho, Buique e Itaíba), distribuído ao Deputado Mário Ricardo; Projeto de Lei Ordinária nº 3591/2025, de autoria do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (Ementa: Altera a Lei nº 15.011, de 20 de junho de 2013, que dispõe sobre a Estrutura Organizacional do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, suas unidades organizacionais, seus respectivos cargos comissionados e funções gratificadas, e estabelece normas para disciplinar os atos normativos que menciona, para criar e redenominar órgãos e funções), distribuído ao Deputado Cayo Albino; Projeto de Lei Ordinária nº 3592/2025, de autoria do Deputado Gilmar Junior (Ementa: Institui a Política Estadual de Diagnóstico Precoce do Estrabismo Infantil em Pernambuco), distribuído ao Deputado Cayo Albino; Projeto de Lei Ordinária nº 3593/2025, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (Ementa: Altera a Lei nº 14.538, de 14 de dezembro de 2011, que institui regras para a realização dos concursos públicos destinados a selecionar candidatos ao ingresso nos cargos e empregos públicos da Administração Direta, Autarquias, Fundações, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista do Estado de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Ricardo Costa, a fim de estabelecer isenção de taxa de inscrição para candidatos vítimas de exploração e trabalhos análogos à escravidão), distribuído ao Deputado Antônio Moraes; Projeto de Lei Ordinária nº 3594/2025, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (Ementa: Estabelece normas para a formulação e a execução da Política Estadual de Fortalecimento de Vínculos Familiares de Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência, no âmbito do Estado de Pernambuco, e dá outras providências), distribuído ao Deputado Antônio Moraes; Projeto de Lei Ordinária nº 3595/2025, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (Ementa: Altera a Lei nº 16.499, de 6 de dezembro de 2018, que estabelece medidas de proteção à gestante, à parturiente e à puérpera contra a violência obstétrica, no âmbito do Estado de Pernambuco, garante o direito da gestante à escolha da via de parto e à analgesia, no âmbito do Sistema Único de Saúde no Estado, e dá outras providências, originada de projeto de lei de autoria da Deputada Teresinha Leitão, a fim de promover mais atenção aos cuidados obstétricos das mulheres negras, indígenas, quilombolas e de comunidades tradicionais), distribuído ao Deputado João Paulo; Projeto de Lei Ordinária nº 3596/2025, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (Ementa: Altera a Lei nº 18.220, de 3 de julho de 2023, que institui a Política Estadual de Prevenção ao Abandono e à Evasão Escolar, e dá outras providências, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Romero Sales Filho, para estabelecer medidas de prevenção ao abandono escolar em razão de gravidez, maternidade ou parentalidade precoces), distribuído ao Deputado Waldemar Borges; Projeto de Lei Ordinária nº 3597/2025, de autoria da Deputada Socorro Pimentel (Ementa: Denomina Quadra Poliesportiva Francisca Deiviane Silva Sousa, a quadra de esportes da Escola de Referência em Ensino Médio Manoel Ribeiro Damasceno, no Município de Araripina), distribuído ao Deputado Waldemar Borges; Projeto de Lei Ordinária nº 3598/2025, de autoria do Deputado Gilmar Junior (Ementa: Institui a Política Estadual de Apoio e Incentivo à Bovinocultura Leiteira Agroecológica e Orgânica em Pernambuco), distribuído ao Deputado João Paulo; Projeto de Lei Ordinária nº 3599/2025, de autoria do Deputado Antônio Coelho (Ementa: Institui isenção de Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias - ICMS - nas operações internas com fertilizantes e defensivos agrícolas), distribuído ao Deputado João Paulo; Projeto de Lei Ordinária nº 3600/2025, de autoria do Deputado Gilmar Junior (Ementa: Institui o Programa de Apoio Psicológico Digital, através de psicólogos e psiquiatras, para mães de crianças atípicas no âmbito do Estado de Pernambuco), distribuído ao Deputado Cayo Albino; Projeto de Lei Ordinária nº 3601/2025, de autoria do Deputado Antônio Coelho (Ementa: Institui a Política Estadual de Suporte a Motoristas e Entregadores por Aplicativo no âmbito do Estado de Pernambuco), distribuído ao Deputado Cayo Albino; Projeto de Lei Ordinária nº 3602/2025, de autoria do Deputado João Paulo (Ementa: Institui o Município de Olinda como Área Especial de Interesse Turístico no Estado de Pernambuco), distribuído ao Deputado Cayo Albino; Projeto de Lei Ordinária nº 3603/2025, de autoria do Deputado João Paulo (Ementa: Institui o Município de São Benedito do Sul como Área Especial de Interesse Turístico no Estado de Pernambuco), distribuído ao Deputado Cayo Albino; Projeto de Lei Ordinária nº 3604/2025, de autoria do Deputado Gilmar Junior (Ementa: Institui a Política de Atendimento Itinerante para Diagnóstico do Transtorno do Espectro Autista - TEA - em crianças e adolescentes no Estado de Pernambuco), distribuído ao Deputado Antônio Moraes; Projeto de Lei Ordinária nº 3607/2025, de autoria do Deputado Pastor Junior Tercio (Ementa: Institui a Política de Prevenção de Quedas em Idosos no âmbito do Estado de Pernambuco), distribuído ao Deputado Antônio Moraes; Projeto de Lei Ordinária nº 3608/2025, de autoria do Deputado Romero Albuquerque (Ementa: Dispõe sobre a proibição do abate de equídeos apreendidos no Estado de Pernambuco, estabelece diretrizes de proteção, guarda, reabilitação e destinação responsável desses animais, cria mecanismos de controle e rastreabilidade, e dá outras providências), distribuído ao Deputado João Paulo; Projeto de Lei Ordinária nº 3609/2025, de autoria da Deputada Dani Portela (Ementa: Altera a Lei nº 18.668, de 3 de setembro de 2024, que institui a Política Estadual de Promoção e Defesa dos Direitos da Mão Solo no âmbito do Estado de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria da Deputada Socorro Pimentel, a fim de ampliar a Política para as mães em geral, com ênfase nas mães solo), distribuído ao Deputado João Paulo; Projeto de Lei Ordinária nº 3610/2025, de autoria da Deputada Dani Portela (Ementa: Altera a Lei nº 18.813, de 8 de janeiro de 2025, que institui, no âmbito do Estado de Pernambuco, a Política Estadual de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual da Criança e do Adolescente, originada de projeto de lei de autoria da Deputada Rosa Amorim, para dispor sobre o mapeamento contínuo de pontos de vulnerabilidade e de exploração sexual e dá outras providências), distribuído ao Deputado Waldemar Borges; Projeto de Lei Ordinária nº 3611/2025, de autoria do Deputado Joel da Harpa (Ementa: Estabelece diretrizes para a instituição de programa estadual de clínicas veterinárias conveniadas e postos de atendimento veterinário no Estado de Pernambuco, e dá outras providências), distribuído ao Deputado Waldemar Borges; Projeto de Lei Ordinária nº 3612/2025, de autoria do Deputado Gilmar Junior (Ementa: Cria o protocolo de manutenções mecânicas e elétrica periódicas de todos os veículos de transporte de pacientes no Estado de Pernambuco), distribuído ao Deputado Cayo Albino; Projeto de Lei Ordinária nº 3613/2025, de autoria do Deputado Gustavo Gouveia (Ementa: Dispõe sobre o magistério do componente curricular educação física da educação básica, nas escolas públicas e privadas, no Estado de Pernambuco), distribuído ao Deputado Cayo Albino; Projeto de Lei Ordinária nº 3614/2025, de autoria do Deputado Romero Albuquerque (Ementa: Dispõe sobre o destino de animais resgatados no Estado de Pernambuco), distribuído ao Deputado Antônio Moraes; Projeto de Lei Ordinária nº 3615/2025, de autoria do Deputado João Paulo

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

MESA DIRETORA

Presidente, Deputado Álvaro Porto
 1º Vice-Presidente, Deputado Rodrigo Farias
 2º Vice-Presidente, Deputado Aglailson Victor
 1º Secretário, Deputado Francismar Pontes
 2º Secretário, Deputado Cláudiano Martins Filho
 3º Secretário, Deputado Romero Sales Filho
 4º Secretário, Deputado Izaías Régis
 1º Suplente, Deputado Doriel Barros
 2º Suplente, Deputado Henrique Queiroz Filho
 3º Suplente, Deputado Romero Albuquerque
 4º Suplente, Deputado Fabrício Ferraz
 5º Suplente, Deputado Willian Brígido
 6º Suplente, Deputado Joaozinho Tenório
 7º Suplente, Deputada Socorro Pimentel

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Superintendente-Geral - Aldemar Silva dos Santos
 Procurador-Geral - Hélio Lúcio Dantas Da Silva
 Secretário-Geral da Mesa Diretora - Mauricio Moura Maranhão da Fonte
 Consultor-Geral - Marcelo Cabral e Silva
 Ouvidor-Geral - Deputado Pastor Cleiton Collins
 Ouvidor-Executivo - Douglas Stravos Diniz Moreno
 Superintendente Administrativo - Roberto Vanderlei de Andrade
 Auditora-Chefe - Maria Gorete Pessoa de Melo
 Superintendente de Planejamento e Gestão - Edécio Rodrigues de Lima
 Coordenador-chefe Militar e de Segurança Legislativa - Coronel Ely Jobson Bezerra de Melo
 Superintendente de Gestão de Pessoas - Bruno da Silva Araújo Pereira
 Superintendente de Comunicação Social - Arthur Henrique Borba da Cunha
 Superintendente de Tecnologia da Informação - Braulio Jose de Lira Clemente Torres
 Chefe do Cerimonial - Franklin Bezerra Santos
 Superintendente de Saúde e Medicina Ocupacional - Wildy Ferreira Xavier
 Superintendente da Escola do Legislativo - Alberes Haniery Patrício Lopes
 Superintendente Parlamentar - Álvaro Figueiredo Maia de Mendonça Júnior
 Superintendente de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo - Jose Airton Paes dos Santos
 Delegado-Geral da Superintendência de Inteligência Legislativa - Ariosto Esteves

COORDENAÇÃO DE PUBLICAÇÃO
LEGISLATIVA E ADMINISTRATIVA:

SECRETARIA GERAL DA MESA DIRETORA
 (Lei nº 15.161/2013, inciso V do § 6º do art. 4º)
 Secretário-Geral da Mesa Diretora
 Mauricio Moura Maranhão da Fonte
 Chefe do Departamento de Serviços Técnicos-Legislativos
 Fábio Vinícius Ferreira Moreira
 Assistentes técnicos
 Alécio Nicolak e Anderson Galvão



(Ementa: Estabelece critérios mínimos para a construção de casas populares pelo Poder Executivo, na forma que especifica, e dá outras providências no âmbito do Estado de Pernambuco), distribuído ao Deputado Antônio Moraes; Projeto de Lei Ordinária nº 3616/2025, de autoria dos Deputados João Paulo e Rosa Amorim (Ementa: Institui a Tarifa Zero no transporte público coletivo metropolitano e intermunicipal no âmbito do Estado de Pernambuco), distribuído ao Deputado Waldemar Borges; Projeto de Lei Ordinária nº 3617/2025, de autoria do Deputado João Paulo (Ementa: Institui a Política Estadual de Produção Social de Moradias por Autogestão e dá outras providências no âmbito do Estado de Pernambuco), distribuído ao Deputado Waldemar Borges; Projeto de Lei Ordinária nº 3618/2025, de autoria do Deputado Joaquim Lira (Ementa: Autoriza os municípios do Estado de Pernambuco, em situações de estado de emergência ou calamidade pública, a promoverem a cooperação mútua para a desobstrução e regularização de estradas vicinais, com a utilização de equipamentos próprios e a possibilidade de parcerias com construtoras ou prestadores de serviços locais), distribuído ao Deputado João Paulo; Projeto de Lei Ordinária nº 3619/2025, de autoria da Deputada Dani Portela (Ementa: Institui, no âmbito da rede de saúde do Estado de Pernambuco, a Política de Atendimento Integral às Pessoas com Sangramento Uterino Anormal e dá outras providências - Lei Paloma Alves), distribuído ao Deputado João Paulo; Projeto de Lei Ordinária nº 3620/2025, de autoria do Deputado Joaquim Lira (Ementa: Altera a Lei nº 18.874, de 8 de maio de 2025, que proíbe os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado de Pernambuco de nomear ou designar para cargos públicos e funções de confiança as pessoas condenadas pela prática dos crimes que especifica, originada de projetos de lei de autoria dos Deputados Romero Sales Filho e Débora Almeida, a fim de incluir nova hipótese), distribuído ao Deputado João Paulo; Projeto de Lei Ordinária nº 3621/2025, de autoria da Deputada Delegada Gleide Angelo (Ementa: Cria, no âmbito do Estado de Pernambuco, o Cadastro Estadual de Frequentadores Violentos de Locais de Entretenimento), distribuído ao Deputado Cayo Albino; Projeto de Lei Ordinária nº 3622/2025, de autoria da Deputada Delegada Gleide Angelo (Ementa: Cria, no âmbito do Estado de Pernambuco, o Cadastro Estadual de Motoristas Envolvidos em Crimes de Trânsito), distribuído ao Deputado Cayo Albino; Projeto de Lei Ordinária nº 3623/2025, de autoria do Deputado João de Nadegi (Ementa: Institui a Política Estadual de Atenção Integral à Síndrome do Esgotamento Profissional - Burnout - no Estado de Pernambuco), distribuído ao Deputado Antônio Moraes; Projeto de Lei Ordinária nº 3624/2025, de autoria do Deputado João de Nadegi (Ementa: Estabelece diretrizes para atuação dos órgãos de segurança pública em situações que envolvam menores de idade, pessoas com deficiência física ou intelectual, transtorno do espectro autista ou neurodivergentes no Estado de Pernambuco), distribuído ao Deputado Antônio Moraes; Projeto de Lei Ordinária nº 3625/2025, de autoria do Deputado Gilmar Junior (Ementa: Cria o Programa Estadual de Promoção e Difusão do Livro Acessível na Companhia Editorial de Pernambuco), distribuído ao Deputado João Paulo; Projeto de Lei Ordinária nº 3626/2025, de autoria do Deputado João de Nadegi (Ementa: Altera a Lei nº 16.241/2017, a fim de instituir o mês estadual "Maio Vermelho" de sensibilização e prevenção às doenças cardiovasculares), distribuído ao Deputado João Paulo; Projeto de Lei Ordinária nº 3627/2025, de autoria da Deputada Simone Santana (Ementa: Altera a Lei nº 17.647/2022, originada de projeto de lei da Deputada Priscila Krause, para instituir a parentalidade positiva como princípio e diretriz das políticas públicas voltadas à Primeira Infância), distribuído ao Deputado Waldemar Borges; Projeto de Lei Ordinária nº 3628/2025, de autoria do Deputado Renato Antunes (Ementa: Institui o Programa de Compatibilização da Carga Horária do Ensino Médio e Fundamental em Tempo Integral com a participação em programas de aprendizagem e de estágio), distribuído ao Deputado Waldemar Borges; Projeto de Lei Ordinária nº 3629/2025, de autoria do Deputado Aglaisson Victor (Ementa: Altera a Lei nº 14.789/2012, que institui a Política Estadual da Pessoa com Deficiência, a fim de vedar sistemas de reconhecimento facial ou biométrico que gerem barreiras de acesso injustificadas), distribuído ao Deputado Cayo Albino; Projeto de Lei Ordinária nº 3630/2025, de autoria do Deputado Cayo Albino (Ementa: Altera a Lei nº 17.693/2022 e a Lei nº 15.487/2015, para estabelecer regras adicionais de elaboração de cartilhas informativas e ampliar o conteúdo para outras condições neurodiversas e doenças raras), distribuído ao Deputado Antônio Moraes; Projeto de Lei Ordinária nº 3631/2025, de autoria do Deputado Cayo Albino (Ementa: Altera a Lei nº 17.269/2021, que institui o Estatuto do Desenvolvimento Econômico do Estado de Pernambuco, para prever regras de caráter educativo no primeiro auto de infração quando não houver dolo ou dano comprovado), distribuído ao Deputado Antônio Moraes; Projeto de Lei Ordinária nº 3632/2025, de autoria do Deputado Pastor Junior Tercio (Ementa: Institui a Política de Combate a Símbolos e Apologias a Organizações Criminosas em Bens Públicos no Estado de Pernambuco), distribuído ao Deputado Antônio Moraes; Projeto de Lei Ordinária nº 3633/2025, de autoria do Deputado Romero Albuquerque (Ementa: Autoriza o Poder Executivo a liberar recursos aos municípios para investimento em segurança pública), distribuído ao Deputado João Paulo; Projeto de Lei Ordinária nº 3634/2025, de autoria do Deputado Jarbas Filho (Ementa: Altera a Lei nº 16.241/2017 para instituir o Dia Estadual da Amizade Pernambuco-Argentina), distribuído ao Deputado João Paulo; Projeto de Lei Ordinária nº 3636/2025, de autoria do Deputado Jefferson Timóteo (Ementa: Altera a Lei nº 16.559/2019 para dispor sobre a proteção do consumidor idoso no ambiente digital, vedando a presunção de consentimento para uso e exposição de seus dados pessoais), distribuído ao Deputado Cayo Albino; Projeto de Lei Ordinária nº 3637/2025, de autoria do Deputado Jefferson Timóteo (Ementa: Altera a Lei nº 16.241/2017 para incluir o Dia Estadual da Sororidade), distribuído ao Deputado Cayo Albino; Projeto de Lei Ordinária nº 3638/2025, de autoria do Deputado Jefferson Timóteo (Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de estabelecimentos como supermercados disponibilizarem carrinhos de compras adaptados para transporte de animais domésticos), distribuído ao Deputado Waldemar Borges; Projeto de Lei Ordinária nº 3639/2025, de autoria do Deputado Antônio Coelho (Ementa: Altera a Lei nº 18.728/2024, que institui a Política Estadual de Combate às Fraudes Virtuais, para incluir medidas de proteção de dados processuais e prevenção a fraudes com uso de informações judiciais), distribuído ao Deputado Waldemar Borges; Projeto de Lei Ordinária nº 3640/2025, de autoria do Deputado Luciano Duque (Ementa: Institui a Rede Estadual de Reabilitação Pós-UTI para atendimento integral a pacientes com sequelas físicas, cognitivas ou emocionais decorrentes de internações prolongadas em UTI), distribuído ao Deputado Cayo Albino; Projeto de Lei Ordinária nº 3641/2025, de autoria do Deputado Romero Albuquerque (Ementa: Altera a Lei nº 16.536/2019 para especificar a idade mínima de reprodução de cadelas matrizes em estabelecimentos comerciais), distribuído ao Deputado Cayo Albino; Projeto de Lei Ordinária nº 3642/2025, de autoria do Deputado Antônio Moraes (Ementa: Cria a Política Estadual de Incentivo ao Consumo do Etanol - ACELERA COM ETANOL e autoriza o Poder Executivo a conceder benefícios fiscais relativos ao ICMS incidente sobre o etanol e sobre equipamentos associados, bem como a redução do IPVA para veículos movidos exclusivamente a etanol ou com comprovado uso majoritário deste biocombustível), distribuído ao Deputado João Paulo; Projeto de Lei Ordinária nº 3643/2025, de autoria do Deputado Gilmar Junior (Ementa: Cria o Protocolo Estadual de Prevenção, Diagnóstico Precoce e Controle do Câncer de Intestino no Estado de Pernambuco), distribuído ao Deputado João Paulo; Projeto de Lei Ordinária nº 3644/2025, de autoria do Deputado Luciano Duque (Ementa: Institui o protocolo de segurança obrigatório de administração de medicamentos em unidades de saúde do Estado de Pernambuco), distribuído ao Deputado Antônio Moraes; Projeto de Lei Ordinária nº 3645/2025, de autoria do Deputado Doriel Barros (Ementa: Institui a Política Estadual de Reestruturação Socioprodutiva da Zona da Mata de Pernambuco e dá outras providências), distribuído ao Deputado Antônio Moraes; Projeto de Lei Ordinária nº 3646/2025, de autoria do Deputado Luciano Duque (Ementa: Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de instituir medidas de proteção às pessoas consumidoras contra fraudes, golpes e práticas abusivas realizadas por meio de chamadas telefônicas e mensagens de texto (SMS)), distribuído ao Deputado João Paulo; Projeto de Lei Ordinária nº 3647/2025, de autoria do Deputado João Paulo Costa (Ementa: Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de garantir maior transparéncias nas contratações de serviços digitais que ofereçam período gratuito de uso), distribuído ao Deputado João Paulo; Projeto de Lei Ordinária nº 3648/2025, de autoria do Deputado Abímael Santos (Ementa: Proibe, no Estado de Pernambuco, que postos de combustíveis exponham valores promocionais vinculados a aplicativos de fidelizeção em maior escala ou tamanho do que os valores reais ofertados ao consumidor, e dá outras providências), distribuído ao Deputado Waldemar Borges; Projeto de Lei Ordinária nº 3649/2025, de autoria do Deputado Abímael Santos (Ementa: Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de obrigar a disponibilização do contrato de prestação de serviços de saúde ao consumidor), distribuído ao Deputado Waldemar Borges; Projeto de Resolução nº 3588/2025, de autoria do Deputado Coronel Alberto Feitosa (Ementa: Concede Título Honorífico de Cidadão Pernambucano ao Sr. Francisco José dos Santos, conhecido nacional e internacionalmente como Dunga), distribuído ao Deputado Cayo Albino; Projeto de Resolução nº 3589/2025, de autoria da Deputada Débora Almeida (Ementa: Concede o Título Honorífico de Cidadão Pernambucano a Francisco Carlos Duarte Azevedo, diplomata de carreira da República Portuguesa, Conselheiro de Embaixada e responsável legal do Posto Consular de Portugal no Recife), distribuído ao Deputado Cayo Albino; Projeto de Resolução nº 3590/2025, de autoria do Deputado Renato Antunes (Ementa: Concede o Título Honorífico de Cidadã Pernambucana a Sra. Márcia Gasparini Garcia), distribuído ao Deputado João Paulo; Projeto de Resolução nº 3605/2025, de autoria do Deputado Eriberto Filho (Ementa: Confere ao Município de São Lourenço da Mata o Título Honorífico de Capital Pernambucana dos Ursos e La Ursas), distribuído ao Deputado João Paulo; Projeto de Resolução nº 3606/2025, de autoria do Deputado Doriel Barros (Ementa: Confere ao Município de Jucati o Título de Capital Pernambucana da Semente Crioula), distribuído ao Deputado Antônio Moraes; Projeto de Resolução nº 3635/2025, de autoria do Deputado Jefferson Timóteo (Ementa: Concede o Título Honorífico de Cidadão Pernambucano ao Professor Roberto Barbosa do Nascimento), distribuído ao Deputado Antônio Moraes. Passou-se, então, a discussão dos seguintes projetos: Proposta de Emenda à Constituição nº 29/2025, de autoria do Deputado Cayo Albino (Ementa: Altera a Constituição do Estado de Pernambuco, a fim de instituir o Orçamento da Juventude), de relatoria do Deputado Wanderson Florêncio, na sua ausência, redistribuído ao Deputado Antônio Moraes, e, após discussão e votação, teve como resultado a aprovação à unanimidade dos deputados; Projeto de Lei Complementar nº 3544/2025, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco (Ementa: Altera a Lei Complementar nº 100, de 21 de novembro de 2007, que dispõe sobre o Código de Organização Judiciária do Estado de Pernambuco, para estabelecer a possibilidade de juízes(izas) das três entrâncias poderem exercer a função de supervisor(a) da Escola Judicial do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco), de relatoria do Deputado Mário Ricardo, na sua ausência redistribuído ao Deputado João Paulo, que, após discussão e votação, teve como resultado a aprovação à unanimidade dos deputados; Projeto de Lei Complementar nº 3681/2025, de autoria da Governadora do Estado de Pernambuco (Ementa: Altera a Lei Complementar nº 401, de 18 de dezembro de 2018, que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados, no âmbito da Procuradoria Geral do Estado, para a dispensa de propositura ou desistência de ações judiciais e recursos, transação, adjudicação de bens móveis e imóveis, compensação de créditos inscritos em precatório e requisições de pequeno valor (RPV), e a Lei Complementar nº 549, de 26 de setembro de 2024, que promove reestruturação na remuneração e na carreira dos cargos públicos que menciona e altera as legislações que indica), de relatoria do Deputado João Paulo, que, após discussão e votação, teve como resultado a aprovação com a Emenda Aditiva proposta por esta Comissão, à unanimidade dos deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 3545/2025, de autoria da Governadora do Estado de Pernambuco (Ementa: Institui o Fundo Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional - FESEN), de relatoria do Deputado Edson Vieira, na sua ausência redistribuído ao Deputado Waldemar Borges, que, após discussão e votação, teve como resultado a aprovação à unanimidade dos deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 3662/2025, de autoria da Governadora do Estado de Pernambuco (Ementa: Autoriza a concessão de subvenção social em favor da Academia Pernambucana de Letras - APL), de relatoria do Deputado Waldemar Borges, que, após discussão e votação, teve como resultado a aprovação à unanimidade dos deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 3666/2025, de autoria da Governadora do Estado de Pernambuco (Ementa: Autoriza a concessão de subvenção social em favor do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano - IAHP), de relatoria do Deputado Cayo Albino, que, após discussão e votação, teve como resultado a aprovação à unanimidade dos deputados;

Projeto de Lei Ordinária nº 3667/2025, de autoria da Governadora do Estado de Pernambuco (Ementa: Autoriza a concessão de subvenção social em favor da entidade que indica), de relatoria do Deputado Antônio Moraes, que, após discussão e votação, teve como resultado a aprovação à unanimidade dos deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 3673/2025, de autoria da Governadora do Estado de Pernambuco (Ementa: Autoriza, em caráter excepcional, repasse de recursos pelo Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco ao Poder Executivo Estadual), de relatoria do Deputado João Paulo, que, após discussão e votação, teve como resultado a aprovação à unanimidade dos deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 3674/2025, de autoria da Governadora do Estado de Pernambuco (Ementa: Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com a garantia da União), de relatoria do Deputado João Paulo, que, após discussão e votação, teve como resultado a aprovação à unanimidade dos deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 3677/2025, de autoria da Governadora do Estado de Pernambuco (Ementa: Altera a Lei nº 17.518, de 6 de dezembro de 2021, que institui o Fundo Estadual da Advocacia Dativa - FEAD e dispõe sobre o credenciamento e pagamento administrativo dos serviços prestados pelos advogados dativos designados para atuarem perante a Justiça Estadual, em defesa das partes que façam jus ao benefício da gratuidade da justiça), de relatoria do Deputado Waldemar Borges, que, após discussão e votação, teve como resultado a aprovação à unanimidade dos deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 3679/2025, de autoria da Governadora do Estado de Pernambuco (Ementa: Estabelece a Política de Atenção Integral à Saúde Materno-Infantil do Estado de Pernambuco), foi retirado de pauta; Projeto de Lei Ordinária nº 3680/2025, de autoria da Governadora do Estado de Pernambuco (Ementa: Altera o Anexo III da Lei nº 13.487, de 1º de julho de 2008, que cria as gratificações que indica, no âmbito da Secretaria de Defesa Social), de relatoria do Deputado Waldemar Borges, que, após discussão e votação, teve como resultado a aprovação à unanimidade dos deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 134/2023, de autoria do Deputado Romero Sales Filho (Ementa: Institui a Vacinação Domiciliar para a Pessoa Idosa e Pessoas com mobilidade reduzida), de relatoria do Deputado Luciano Duque, na sua ausência redistribuído ao Deputado Antônio Moraes, que, após discussão e votação, teve como resultado a aprovação à unanimidade dos deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 632/2023, de autoria do Deputado Abímael Santos (Ementa: Reconhece o risco da atividade e a efetiva necessidade do porte de armas de fogo aos vigilantes integrantes de empresas de segurança privada constituídas, nos termos da Lei Federal nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003), de relatoria do Deputado Waldemar Borges, que, após discussão e votação, teve como resultado a rejeição à unanimidade dos deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 678/2023, de autoria do Deputado Henrique Queiroz Filho (Ementa: Institui o Programa de Embaixador(a) Jovem do Meio Ambiente - PEMA do Estado de Pernambuco e dá outras providências), de relatoria do Deputado Joaquim Tenório, na sua ausência redistribuído ao Deputado João Paulo, que, após discussão e votação, teve como resultado a rejeição à unanimidade dos deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 632/2023, de autoria do Deputado Abímael Santos (Ementa: Reconhece o risco da atividade e a efetiva necessidade do porte de armas de fogo aos vigilantes integrantes de empresas de segurança privada constituídas, nos termos da Lei Federal nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003), de relatoria do Deputado Waldemar Borges, que, após discussão e votação, teve como resultado a rejeição à unanimidade dos deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1785/2024, de autoria do Deputado William Brígido (Ementa: Proíbe a reconstituição do leite em pó de origem importada para venda como leite fluido no Estado de Pernambuco e estabelece sanções aos infratores) que tramitou em conjunto com Projeto de Lei Ordinária nº 3572/2025, de autoria do Deputado Cláudio Martins Filho (Ementa: Proíbe a reconstituição do leite em pó e outros derivados lácteos de origem importada em Pernambuco e dá outras providências), de relatoria do Deputado Renato Antunes, na sua ausência redistribuído ao Deputado Waldemar Borges, que, após discussão e votação, teve como resultado a aprovação do substitutivo proposto, à unanimidade dos deputados e consequente prejudicialidade da proposição principal; Projeto de Lei Ordinária nº 523/2023, de autoria do Deputado Gilmar Junior (Ementa: Determina que farmácias, drogarias, farmácias de manipulação e estabelecimentos fármacos acatem as receitas prescritas pelo profissional de enfermagem no âmbito do Estado de Pernambuco e dá outras providências), de relatoria do Deputado Joaquim Tenório, na sua ausência redistribuído ao Deputado João Paulo, que, após discussão e votação, teve como resultado a rejeição à unanimidade dos deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 134/2023, de autoria do Deputado Romero Sales Filho (Ementa: Institui a Vacinação Domiciliar para a Pessoa Idosa e Pessoas com mobilidade reduzida), de relatoria do Deputado Luciano Duque, na sua ausência redistribuído ao Deputado Antônio Moraes, que, após discussão e votação, teve como resultado a aprovação à unanimidade dos deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 632/2023, de autoria do Deputado Abímael Santos (Ementa: Reconhece o risco da atividade e a efetiva necessidade do porte de armas de fogo aos vigilantes integrantes de empresas de segurança privada constituídas, nos termos da Lei Federal nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003), de relatoria do Deputado Waldemar Borges, que, após discussão e votação, teve como resultado a rejeição à unanimidade dos deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 678/2023, de autoria do Deputado Henrique Queiroz Filho (Ementa: Institui o Programa de Embaixador(a) Jovem do Meio Ambiente - PEMA do Estado de Pernambuco e dá outras providências), de relatoria do Deputado Joaquim Tenório, na sua ausência redistribuído ao Deputado João Paulo, que, após discussão e votação, teve como resultado a rejeição à unanimidade dos deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 1902/2024, de autoria do Deputado Luciano Duque (Ementa: Institui a campanha permanente de conscientização e prevenção da sepse neonatal no Estado de Pernambuco), de relatoria do Deputado Joaquim Lira, na sua ausência redistribuído ao Deputado João Paulo, que, após discussão e votação, teve como resultado a aprovação do substitutivo proposto, à unanimidade dos deputados e consequente prejudicialidade da proposição principal; Projeto de Lei Ordinária nº 1785/2024, de autoria do Deputado William Brígido (Ementa: Proíbe a reconstituição do leite em pó de origem importada para venda como leite fluido no Estado de Pernambuco e estabelece sanções aos infratores) que tramitou em conjunto com Projeto de Lei Ordinária nº 2910/2025, ambos de relatoria do Deputado Joaquim Lira, na sua ausência redistribuído ao Deputado Cayo Albino, que, após discussão e votação, teve como resultado a aprovação do substitutivo proposto, à unanimidade dos deputados e consequente prejudicialidade da proposição principal; Projeto de Lei Ordinária nº 1953/2024, de autoria da Deputada Socorro Pimentel (Ementa: Altera a Lei nº 17.647, de 10 de janeiro de 2022, que dispõe sobre as diretrizes a serem observadas na elaboração das políticas públicas voltadas à Primeira Infância e dá outras providências, originada de projeto de lei de autoria da Deputada Priscila Krause, a fim de incluir a necessidade de observância da Lei Federal nº 14.826, de 20 de março de 2024, quando da elaboração das políticas públicas voltadas à Primeira Infância), tramitando em conjunto com Projeto de Lei Ordinária nº 2910/2025, ambos de relatoria do Deputado Joaquim Lira, na sua ausência redistribuído ao Deputado Cayo Albino, que, após discussão e votação, teve como resultado a aprovação do substitutivo proposto, à unanimidade dos deputados e consequente prejudicialidade da proposição principal; Projeto de Lei Ordinária nº 2325/2024, de autoria do Deputado Cláudio Martins Filho (Ementa: Cria a Política Estadual de Promoção da Saúde Mental na Agricultura Familiar em Pernambuco), de relatoria do Deputado Rodrigo Farias, na sua ausência redistribuído ao Deputado Antônio Moraes, que, após discussão e votação, teve como resultado a aprovação do substitutivo proposto, à unanimidade dos deputados e consequente prejudicialidade da proposição principal; Projeto de Lei Ordinária nº 1875/2024, de autoria do Deputado Cláudio Martins Filho (Ementa: Cria a Política Estadual de Promoção da Saúde Mental na Agricultura Familiar em Pernambuco), de relatoria do Deputado Rodrigo Farias, na sua ausência redistribuído ao Deputado Antônio Moraes, que, após discussão e votação, teve como resultado a aprovação do substitutivo proposto, à unanimidade dos deputados e consequente prejudicialidade da proposição principal; Projeto de Lei Ordinária nº 1902/2024, de autoria do Deputado Luciano Duque (Ementa: Institui a campanha permanente de conscientização e prevenção da sepse neonatal no Estado de Pernambuco), de relatoria do Deputado Joaquim Lira, na sua ausência redistribuído ao Deputado João Paulo, que, após discussão e votação, teve como resultado a aprovação do substitutivo proposto, à unanimidade dos deputados e consequente prejudicialidade da proposição principal; Projeto de Lei Ordinária nº 1785/2024, de autoria do Deputado William Brígido (Ementa: Proíbe a reconstituição do leite em pó de origem importada para venda como leite fluido no Estado de Pernambuco e estabelece sanções aos infratores) que tramitou em conjunto com Projeto de Lei Ordinária nº 2910/2025, ambos de relatoria do Deputado Joaquim Lira, na sua ausência redistribuído ao Deputado Cayo Albino, que, após discussão e votação, teve como resultado a aprovação do substitutivo proposto, à unanimidade dos deputados e consequente prejudicialidade da proposição principal; Projeto de Lei Ordinária nº 2366/2024, de autoria do Deputado William Brígido (Ementa: Dispõe sobre a adoção de mecanismos sustentáveis de gestão das águas pluviais para fins de controle de enchentes e alagamentos e dá outras providências), de relatoria do Deputado Renato Antunes, na sua ausência redistribuído ao Deputado Antônio Moraes, que, após discussão e votação, teve como resultado a aprovação do

Aplicação, localizada no Recife), de relatoria do Deputado Waldemar Borges, que, após discussão e votação, teve como resultado a aprovação do substitutivo proposto, à unanimidade dos Deputados, e consequente prejudicialidade da proposição principal; Projeto de Lei Ordinária nº 3466/2025, de autoria do Deputado Joaquim Lira (Ementa: Denomina Gildo Espósito de Lima a Estação de Tratamento de Água de Várzea de Santa Antão), de relatoria do Deputado Edson Vieira, na sua ausência redistribuído ao Deputado Wanderson Florêncio, que, após discussão e votação, teve como resultado a aprovação à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 3473/2025, de autoria do Deputado Antonio Moraes (Ementa: Denomina José Guilherme de Oliveira Nunes a creche situada no município de Vicência), de relatoria do Deputado Edson Vieira, na sua ausência redistribuído ao Deputado João Paulo, que, após discussão e votação, teve como resultado a aprovação à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 3474/2025, de autoria do Deputado Antonio Moraes (Ementa: Denomina Maria das Graças Silva Araújo a creche situada no município de Camutanga), de relatoria do Deputado Cayo Albino, que, após discussão e votação, teve como resultado a aprovação à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 3591/2025, de autoria do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (Ementa: Altera a Lei nº 15.011/2013, para criar e redenominar órgãos e funções), de relatoria do Deputado Cayo Albino, que, após discussão e votação, teve como resultado a aprovação à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária Desarquivado nº 3360/2022, de autoria dos Deputados Joel da Harpa, Coronel Alberto Feitosa, Manoel Ferreira e Romário Dias (Ementa: Institui a Universalização da Tarifa Social da Água), de relatoria do Deputado Waldemar Borges, que, após discussão e votação, teve como resultado a rejeição à unanimidade dos Deputados, tramitando em conjunto com o Projeto de Lei Ordinária nº 429/2023; Projeto de Lei Ordinária nº 429/2023, de autoria do Deputado Rodrigo Farias (Ementa: Dispõe sobre a tarifa social de água no âmbito do Estado de Pernambuco), de relatoria do Deputado Waldemar Borges, que, após discussão e votação, teve como resultado a rejeição à unanimidade dos Deputados; Projeto de Resolução nº 3471/2025, de autoria do Deputado William Brígido (Ementa: Submete a indicação da Escola de Aprendizes Marinheiros de Pernambuco para obtenção do Registro de Patrimônio Cultural Imaterial do Estado), de relatoria do Deputado João Paulo, que, após discussão e votação, teve como resultado a aprovação à unanimidade dos Deputados; Projeto de Resolução nº 3551/2025, de autoria do Deputado Adalto Santos (Ementa: Concede o Título Honrífico de Cidadão Pernambucano ao Sr. Vinícius Costa e Silva), de relatoria do Deputado Mário Ricardo, redistribuído ao Deputado Wanderson Florêncio, que, após discussão e votação, teve como resultado a aprovação à unanimidade dos Deputados; Projeto de Resolução nº 3588/2025, de autoria do Deputado Coronel Alberto Feitosa (Ementa: Concede Título Honrífico de Cidadão Pernambucano ao Sr. Francisco José dos Santos - Dunga), de relatoria do Deputado Wanderson Florêncio, que, após discussão e votação, teve como resultado a aprovação à unanimidade dos Deputados; Projeto de Resolução nº 3589/2025, de autoria da Deputada Débora Almeida (Ementa: Concede o Título Honrífico de Cidadão Pernambucano a Francisco Carlos Duarte Azevedo), de relatoria do Deputado Cayo Albino, que, após discussão e votação, teve como resultado a aprovação do substitutivo proposto, à unanimidade dos Deputados, e consequente prejudicialidade da proposição principal; Projeto de Resolução nº 3590/2025, de autoria do Deputado Renato Antunes (Ementa: Concede o Título Honrífico de Cidadão Pernambucana a Márcia Gasparini Garcia), de relatoria do Deputado João Paulo, que, após discussão e votação, teve como resultado a aprovação à unanimidade dos Deputados; Projeto de Resolução nº 3635/2025, de autoria do Deputado Jeferson Timóteo (Ementa: Concede o Título Honrífico de Cidadão Pernambucano ao Professor Roberto Barbosa do Nascimento), de relatoria do Deputado Antonio Moraes, que, após discussão e votação, teve como resultado a aprovação à unanimidade dos Deputados; Substitutivo nº 1/2025, de autoria da Mesa Diretora, à Proposta de Emenda à Constituição nº 30/2025 (Ementa: Altera integralmente a redação da PEC nº 30/2025), de relatoria do Deputado Mário Ricardo, redistribuído ao Deputado Waldemar Borges, que, após discussão e votação, teve como resultado a aprovação do Substitutivo nº 01/2025, à unanimidade dos Deputados, e consequente prejudicialidade da proposição principal e das Emendas Modificativa nº 01/2025 e Supressiva nº 2/2025; Substitutivo nº 2/2025, de autoria da Comissão de Administração Pública, ao Projeto de Lei Ordinária nº 09/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa (Ementa: Institui a obrigatoriedade do Estado disponibilizar dados sobre estoques de medicamentos nas farmácias públicas), de relatoria do Deputado Mário Ricardo, redistribuído ao Deputado Cayo Albino, que, após discussão e votação, teve como resultado a aprovação do Substitutivo nº 02/2025, à unanimidade dos Deputados, e consequente prejudicialidade da proposição principal; Emenda Modificativa nº 2/2025, de autoria da Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo, ao Substitutivo nº 2/2023, de autoria da Comissão de Administração Pública, ao Projeto de Lei Ordinária nº 319/2023, de autoria do Deputado William Brígido (Ementa: Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, para dispor sobre requisitos de identificação e confirmação nas contratações remotas de operações de crédito consignado por pessoas idosas), de relatoria do Deputado Luciano Duque, redistribuído ao Deputado João Paulo, que, após discussão e votação, teve como resultado a aprovação da Emenda Modificativa nº 02/2025, com a Subemenda Modificativa proposta por este Colegiado, à unanimidade dos Deputados; Substitutivo nº 2/2025, de autoria da Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, ao Projeto de Lei Ordinária nº 573/2023 e 878/2023, de autoria dos Deputados Luciano Duque e Coronel Alberto Feitosa, respectivamente (Ementa: Altera a Lei nº 14.679, de 24 de maio de 2012, para ampliar o alcance aos eventos realizados diretamente pelo Poder Executivo Estadual, estabelecer percentual mínimo de recursos, definir artista local, prever preferência de contratação e estabelecer regras específicas para festeiros juninos), de relatoria do Deputado Romero Albuquerque, na sua ausência redistribuído ao Deputado Wanderson Florêncio, que, após discussão e votação, teve como resultado a aprovação do Substitutivo nº 02/2025 com as Emendas Modificativa e Supressiva apresentadas por este Colegiado, à unanimidade dos Deputados, e consequente prejudicialidade do Substitutivo nº 01/2024 e das proposições principais; Emenda Modificativa nº 1/2025, ao Substitutivo nº 2/2024, de autoria da Comissão de Administração Pública, aos Projetos de Lei Ordinária nºs 1725/2024 e 1735/2024, de autoria das Deputadas Rosa Amorim e Dani Portela (Ementa: Altera a Lei nº 17.377, de 8 de setembro de 2021, que cria o Estatuto da Mulher Parlamentar e Ocupante de Cargo ou Emprego Público, para ampliar e precisar conceitos, prever medidas de prevenção e combate e incluir populações negra e indígena na proteção), de relatoria do Deputado João Paulo, que, após discussão e votação, teve como resultado a aprovação da Emenda Modificativa nº 01/2025 ao Substitutivo nº 01/2025, à unanimidade dos Deputados; Substitutivo nº 2/2025, de autoria da Comissão de Administração Pública, ao Projeto de Lei Ordinária nº 3122/2025, de autoria do Deputado Junior Matuto (Ementa: Institui a Política Estadual de Fomento ao Turismo de Saúde no Estado de Pernambuco), de relatoria do Deputado Sileno Guedes, na sua ausência redistribuído ao Deputado Diogo Moraes, que, após discussão e votação, teve como resultado a aprovação do Substitutivo nº 01/2025, à unanimidade dos Deputados, e consequente prejudicialidade da proposição principal. Assim, houve a distribuição da extrapauta: Projeto de Resolução, de autoria do Antonio Moraes (Ementa: Concede o Título Honrífico de Cidadão Pernambucano ao Sr. Marcelo de Vasconcelos Cavalcanti Melo), teve como resultado a aprovação da dispensa do requisito de residência. Não havendo mais nada a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião. Do que, para constar, eu, Andréa Peixoto Langone, assessora à disposição desta Comissão Técnica, lavrei a presente ata, que vai assinada pelo Presidente, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

Licitações e Contratos

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO COMISSÃO DE PREGÃO

AVISO DE LICITAÇÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8400/2025 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2025. Serviço. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA IMPLANTAÇÃO DE SOLUÇÃO PARA COMUNICAÇÃO CORPORATIVA E SINALIZAÇÃO ELETRÔNICA, INCLUINDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE CONTEÚDO MULTIMÍDIA E SINALIZAÇÃO DIGITAL DE AMBIENTES E EVENTOS, E IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA QUE PERMITA O CONTROLE DA DISTRIBUIÇÃO DE CONTEÚDO POR HORÁRIO E POR EQUIPAMENTO, INCLUINDO OS SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS COM INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO E ACESSÓRIOS INCLUSOS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DE COMUNICAÇÃO CORPORATIVA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, conforme as condições, especificações, quantidades e exigências no Termo de Referência. Valor total da contratação: R\$ 3.031.920,00. **INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA:** 14/01/2026 às 09h30min. O Edital na íntegra pode ser consultado no site www.gov.br/compras e site/portal da ALEPE: <https://alepe.pe.gov.br/pregao>. Informações através dos telefones: (81) 3183-2501/2448/2363/2106 e 2447. Josilene Cavalcanti Correia – Pregoeira. Recife, 19 de dezembro de 2025.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO COMISSÃO DE PREGÃO

AVISO DE LICITAÇÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 11095/2025 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 022/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025. Serviço. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM COLETA, TRANSPORTE E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS PROVIMENTOS DO CENTRO MÉDICO DA SUPERINTENDÊNCIA DE SAÚDE E MEDICINA OCUPACIONAL – SSMO E SALA DE VACINA, conforme as condições, especificações, quantidades e exigências no Termo de Referência. Valor total da contratação: R\$ 36.036,00. **INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA:** 15/01/2026 às 09h30min. O Edital na íntegra pode ser consultado no site www.gov.br/compras e site/portal da ALEPE: <https://alepe.pe.gov.br/pregao>. Informações através dos telefones: (81) 3183-2501/2448/2363/2106 e 2447. Josilene Cavalcanti Correia – Pregoeira. Recife, 19 de dezembro de 2025.



**SIGA A ALEPE NAS
REDES SOCIAIS**



assembleiape

www.alepe.pe.gov.br



**10.2 CAPITAL
22.3 CARUARU
9.2 INTERIOR**



ALEPE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DE PERNAMBUCO